



A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS JOVENS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE CIÊNCIAS HUMANAS DO PNLD 2021

Cecilia S. CARVALHO¹; Rafael R. M. RESENDE²; Thamyres C. SANTOS³; Gabriel AMATO⁴

RESUMO

Este relato de pesquisa tem o objetivo de analisar, por meio do método qualitativo de análise de conteúdo, as quatorze coleções do Plano Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) de 2021 da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas em conjunto com a aplicação do Novo Ensino Médio (NEM), em busca de entender como a participação política dos jovens é representada nessas coleções didáticas. Foi possível constatar que tal representação é homogeneizada, pois possui forte influência de discursos como o do "protagonismo juvenil", com perspectivas individualistas e neoliberais, e da dimensão mercadológica do material didático, que contribui para um cumprimento improdutivo das exigências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no sentido de incluir temas relacionados à juventude nos livros.

Palavras-chave: Material didático; Juventude; Movimento estudantil.

1. INTRODUÇÃO

O acesso ao material didático é garantia constitucional, como define o artigo 208, inciso VII da Constituição Federal de 1988 ao delimitar os deveres do Estado na efetivação do direito à educação: "atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde" (Brasil, 2016). Para efetivar esse direito, o Estado brasileiro possui uma política pública denominada Plano Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). O PNLD tem como objetivo:

oportunizar que todos os alunos que frequentam a escola pública brasileira contem com o aporte de livros didáticos na quase totalidade das disciplinas escolares, de modo a assegurar o acesso aos livros, contribuir com a formação de leitores e criar condições de apropriação dos saberes e conhecimentos disciplinares em patamares qualificado (Caimi, 2018, p. 22).

Nos últimos anos, contudo, tanto o PNLD quanto a educação básica brasileira têm passado por significativas mudanças. Em 2017, no governo Michel Temer, foi instituída a lei que propõe o projeto do Novo Ensino Médio (NEM). Porém, apenas em 2021 ela foi colocada em prática, juntamente com o PNLD do mesmo ano. Desse modo, de acordo com o decreto nº 9.099/2017, é

¹ Bolsista PIBIC-EM/CNPq, IFSULDEMINAS – *Campus* Três Corações. E-mail: cecilia.carvalho@alunos.ifsuldeminas.edu.br

² Bolsista PIBIC-EM/CNPq, IFSULDEMINAS – *Campus* Três Corações. E-mail: rafael.resende@alunos.ifsuldeminas.edu.br

³ Bolsista PIBIC-EM/CNPq, IFSULDEMINAS – *Campus* Três Corações. E-mail: thamyres.castilho@alunos.ifsuldeminas.edu.br

⁴ Orientador, IFSULDEMINAS – *Campus* Três Corações. E-mail: gabriel.amato@ifsuldeminas.edu.br

possível observar que o PNLD de 2021 favorece as ideias do NEM ao organizar os livros didáticos por área de conhecimento (CHSA), pois a generalização dos conteúdos facilita a inserção das matérias propostas no projeto, como, por exemplo, empreendedorismo e projeto de vida.

Diante desse contexto, este trabalho se baseia na análise de quatorze coleções didáticas do Plano Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) de 2021, mais especificamente do objeto dois do edital. Essas obras didáticas são divididas por área de conhecimento (dentre elas, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) e não por disciplina (História, Geografia, Sociologia e Filosofia). Esta pesquisa, portanto, foi realizada na intenção de compreender como a participação política dos jovens ao longo da história é apresentada nas coleções didáticas dessa área do conhecimento, seja por meio de capítulos ou de seções, boxes e imagens destinados à abordagem dessa temática.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Esta pesquisa foi realizada utilizando o método qualitativo de análise de conteúdo. Em um primeiro momento, buscou-se pelas palavras-chave exatas “jovem(ns)”, “juvenil(s)”, “juventude(s)”, “adolescente(s)”, “adolescência”, “estudante(s)” e “movimento estudantil” nas quatorze coleções do PNLD 2021 com o objetivo de criar um banco de dados da pesquisa. Para este trabalho, especificamente, temos como enfoque as coleções “Multiversos Ciências Humanas”, da editora FTD; “Contexto e Ação”, da editora Scipione; e “Conexões”, da editora Moderna; cada coleção possuindo seis volumes.

Com o levantamento de dados, criou-se tabelas contendo informações como: volume, unidade, título e subtítulos, palavras-chave, termo de busca, legendas das imagens, referências bibliográficas e páginas. Em seguida foi feita uma observação sobre o contexto em que os termos aparecem, utilizando como base uma revisão bibliográfica de artigos que têm como tema principal a análise da juventude ou de livros didáticos. Assim, foram criadas fichas de análise qualitativa desse material, em que buscou-se problematizar em quais seções dos livros didáticos as ações políticas dos jovens aparecem, quais são os agentes dessas ações privilegiados pelos livros e como elas são qualificadas pelos autores das coleções.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observou-se que o discurso do protagonismo juvenil (Souza, 2009), que valoriza a ação individual dos jovens em uma perspectiva política liberal, está muito presente na maneira como a ação política das juventudes ao longo da história é abordada no PNLD 2021. Nesse discurso, que é muitas vezes genérico e maleável, a ação dos jovens é prescrita como atuação social, por meio do voluntariado individual ou do empreendedorismo, e não como ação política, em movimentos sociais ou organizações estudantis.

Um caso em que essa abordagem é explicitada é a seção "#JovensProtagonistas", que aparece no final de cada unidade da coleção "Multiversos Ciências Humanas", publicada em 2020 pela editora FTD e escrita pelos autores Alfredo Boulos, Edilson Adão da Silva e Laércio Furquim Júnior. O próprio nome da seção indica uma tentativa de diálogo com o universo dos jovens chamados nativo-digitais na medida em que recorre ao símbolo da hashtag (#), usado para categorizar conteúdos nas redes sociais. Nessa seção, são apresentadas ações inspiradoras realizadas por jovens em diferentes contextos. Porém, segundo Regina Souza (2008), o discurso do protagonismo juvenil é caracterizado pela tomada da atuação social como ação política, o que é exemplificado nessa seção. Um caso em que isso acontece é a forma como a coleção apresenta a história de Bianca Simãozinho, que aparece na página 76 do volume "Globalização, tempo e espaço". O livro apresenta a jovem, que, com apoio de seus amigos e familiares, cria uma ONG para ajudar crianças e adolescentes da sua comunidade a terem um melhor acesso à educação e à cultura, proporcionando aulas de educação básica e projetos de música, dança e artesanato.

Apesar de privilegiarem esse tipo de ação dos jovens, em alguns momentos ações coletivas da juventude também aparecem nas coleções do PNLD 2021. É o caso da seção "Juventude e participação política", presente no volume "Ética e cidadania" da coleção "Conexões", publicada em 2020 pela editora Moderna. Os autores Gilberto Cotrim, Angela Corrêa da Silva, Ruy Lozano, Alexandre Alves, Letícia Fagundes de Oliveira e Marília Moschkovich afirmam: "Em diversos momentos históricos, em diferentes países, a juventude foi *protagonista* de intensas transformações políticas e sociais." O livro exemplifica essas atuações políticas de jovens com os movimentos estudantis no ano de 1968, tanto no Brasil como na França, e com o movimento hippie, especialmente nos EUA. Essas atuações políticas de diferentes juventudes no passado são, contudo, relidas a partir da noção de "protagonismo juvenil".

Desse modo, é possível observar a sub-representação das ações políticas efetivadas por jovens, em função da forte presença de ações sociais, de acordo com o discurso do protagonismo juvenil. É notório que movimentos estudantis são a porta de entrada de muitos jovens para a política, em especial através dos grêmios estudantis ou de organizações como a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e a União Nacional dos Estudantes (UNE). Contudo, nota-se que há uma defasagem de menções a esses movimentos nos livros aprovados pelo PNLD 2021. Isso pode ser observado ao analisarmos a quantidade de menções ao movimento estudantil nas coleções "Multiversos Ciências Humanas" e "Contexto e ação", que apresentam apenas uma menção cada, enquanto a "Conexões" apresenta apenas duas menções em todos os seus seis volumes.

Observa-se também que os jovens muitas vezes são representados, em suas ações políticas ao longo da história, não como agentes. Ao contrário, a sua "juventude" é vista como um atributo.

Como exemplo, pode-se citar o volume "Desigualdade e poder", da coleção "Contexto e ação", que tem como autores Igor José de Renó Machado, Henrique Amorim, Fabiana Sanches Grecco, Leandro Galastri, Cassiano Terra Rodrigues e Glaydson José da Silva. Nela, ocorre a utilização do termo "jovem" como atributo para descrever os oficiais atuantes no movimento tenentista, ocorrido no Brasil na década de 1920, sem que a condição juvenil tenha uma relação explícita com a ação política desses sujeitos históricos. Por isso, fica evidente a maneira como muitas vezes os livros didáticos inserem a juventude em diferentes contextos de maneira vaga, devido à necessidade de cumprir as normas da BNCC que exigem a aparição de jovens nas coleções didáticas. Esse fato se dá devido ao caráter mercadológico dos livros didáticos (Bittencourt, 1997; Munakata, 2012), pois os autores das coleções buscam a aprovação dos livros no edital do PNLD para que as editoras possam lucrar com a sua distribuição para as escolas públicas de todo o Brasil.

4. CONCLUSÃO

Com esta pesquisa, foi possível observar que a falta de menção a ações políticas das juventudes nas coleções do PNLD 2021 se concretiza principalmente por dois fatores. O primeiro é a influência do discurso do protagonismo juvenil, numa perspectiva individualista e neoliberal, que anula diversas lutas políticas, substituindo-as por ações como voluntariado e empreendedorismo. Vale ressaltar que essa perspectiva ideológica tem guiado as políticas educacionais brasileiras na última década, em especial a elaboração do chamado Novo Ensino Médio, e se traduz no material didático aprovado no PNLD. O segundo é a maneira improdutiva que as editoras dos livros didáticos encontram para corresponder às exigências da BNCC presente nos editais do PNLD 2021. Ao agirem desta forma, perde-se o potencial de uma análise crítica sobre o real impacto das ações políticas dos jovens na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 13 set. 2024.

CAIMI, Flávia Eloisa. Sob nova direção: o PNLD e seus desafios frente aos contextos político-educativos emergentes. **Revista História Hoje**, v. 7, n. 14, p. 21-40, 2018.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático: alguns temas de pesquisa. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 12, n. 03, 2012, p. 179-197.

SOUZA, Regina Magalhães de. Protagonismo juvenil: o discurso da juventude sem voz. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, 1(1), 2009, p. 1-28.